



Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.

Código Penal

Data 2024-09-12

## **AVISO ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO**

O Instituto da Segurança Social ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- Exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- Não estando licenciado;
- Com fins lucrativos;
- Funciona sob a propriedade de Flávia Alexandra Trindade Rosa e Elsa Maria de Freitas Nobre
- Está instalado em Rua Nova do Vale, 12, 2965-579 Águas de Moura.

*Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007*

### **Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento**

O Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento, através da Deliberação n.º 321, de 2024-09-12, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*Artigos 35.º e 36.º, do Decreto-Lei n.º 64/2007*

### **Consequências do incumprimento da deliberação**

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*Alínea b) do artigo 348.º do Código Penal*

### **Local e prazo de afixação do aviso**

Este aviso deve estar afixado **durante 30 dias** na entrada principal do estabelecimento.

*N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007*

### **Consequência da não afixação do aviso**

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

*Artigos 347.º e 357.º do Código Penal*

Pelo Conselho Diretivo

Octávio Félix de Oliveira

*Presidente*